

Aprendendo com Maria da Lapa:

Comunidade e cuidado contra a cidade do medo

Eixo temático - Cuidado como prática

Eric Filipe Morais Silva

Geógrafo, Mestrando em Geografia Humana, Universidade de São Paulo,
eric.filipe.silva@usp.br

Heloisa Bento Ribeiro

Mestranda em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de São Paulo,
heloisa.bento.ribeiro@usp.br

Jessica de Souza Zampieri

Geógrafa, Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, jessica.zampieri@usp.br

Jorge Bassani

Docente do Departamento de História - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo, jbossani@usp.br

Mariana Ribeiro Pardo

Mestranda em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de São Paulo,
ribeiropardo.mariana@usp.br

Carolina Mesquita Clasen

Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas,
carolina.mescla@gmail.com

A Cidade e o medo

O futuro só pode ser antecipado na forma do perigo absoluto. Ele é o que rompe absolutamente com a normalidade constituída e só pode anunciar-se, apresentar-se, sob a forma da monstruosidade. (DERRIDA, *De la grammatologie*, Paris: Seuil, 1967, p.14)

Estas frases, do importante filósofo argelino associado ao conceito da *desconstrução*, prenunciavam o fim de uma era, o fim de uma razão discursiva e suas formas-conteúdos de escrituras, faz parte de uma obra intitulada *Gramatologia* (1967). Entretanto, podem facilmente estar associadas a um sentimento geral da sociedade neste século. Uma ameaça

grave parece rondar, em nossos dias, a vida em sociedade e a capacidade humana de formar e viver em comunidades.

Se olharmos para a condição físico-espacial da sociedade contemporânea, as cidades, estas ideias e sentimentos catastróficos ficam mais evidentes, exatamente por serem físicos e espaciais. Uma densa e extensa literatura recente tem apontado para esta condição e produzido reflexões a partir dela. Outro importante filósofo, Zygmunt Bauman, publicou já neste século um livro com o título de *Confiança e medo na cidade* (2005 / 2009), no qual apresenta um panorama da vida urbana contemporânea a partir do medo, premissa esgarçada ainda mais por Paul Virilio em *Cidade Pânico – O exterior começa aqui* (2005 / 2006).

Não se trata de um pensamento de exaustão da civilização do “velho mundo”, aqui no Sul Global, e mais especificamente no Brasil, o sentimento não é diferente e as reflexões apontam para o mesmo mal estar em se viver na cidade e a necessidade de se proteger com os recursos próprios com total descrédito que o Estado possa fazê-lo. Esta clara antítese cidade-cidadão é atestada em obras que já se tornaram clássicas como *Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000) de Teresa Caldeira ou *Guerra dos lugares* (2015) de Raquel Rolnik.

Contudo, para além da reflexão teórica, as vivências nas metrópoles brasileiras têm promovido este sentimento geral de medo na ou da cidade, o senso comum de mal estar e de pessimismo em relação ao futuro próximo. Apesar de estarmos em uma condição, evidentemente, resultante de processos históricos, trata-se de um senso comum muito contemporâneo, frisado no tempo pelo fim da era que a *Gramatologia* prenuncia. Ou seja, pela falência ou obsolescência dos projetos coletivos da modernidade e, mais ainda, pelo declínio de um ideal de cidade na civilização, ela em si o lugar da comunidade e da proteção de seus cidadãos.

A cidade, objeto fundamental do pensamento moderno, para a qual direcionaram-se os principais enunciados das utopias das vanguardas relacionadas à ordem e justiça social, tem sido recorrentemente associada à catástrofe. Grande parte dos pensadores da contemporaneidade atribui à ascensão do individualismo o principal problema de nossa era. Na esfera da vida urbana, aquela que se funda sobre os projetos da coletividade, a situação mostra-se dramática e evidencia a negação das administrações públicas ao comunitário por meio dos desregramentos neoliberais.

Uma comunidade de cuidado em contraposição a cidade do medo

As experiências contemporâneas de vida nas grandes cidades e a forma como as relações sociais se constroem no espaço urbano parecem ser guiadas, em grande parte das vezes, por noções de medo, insegurança e fragmentação. Como já mencionado anteriormente, são muitas as narrativas e literaturas que reconhecem que a cidade se tornou espaço de pânico e que a ideia de um estado permanente de perigo passou a ser inerente às relações entre os indivíduos que vivenciam esse contexto. Bauman (2009), ao discutir sobre as dimensões relativas à confiança e ao medo nas cidades, sugere que essa sensação de "insegurança moderna" é também fruto do individualismo e do isolamento, que estruturam e efetivam, no

espaço urbano, ações de segregação materializadas em muros, grades e sistemas de proteção que afastam e - de forma equívoca - "protegem" os cidadãos que estão na "primeira fila" dos "excluídos" (BAUMAN, 2009).

Começam a se evidenciar nas cidades certas zonas, certos espaços – fortemente correlacionados a outros espaços "de valor", situados nas paisagens urbanas, na nação ou em outros países, mesmo a distâncias enormes – nos quais, por outro lado, se percebe muitas vezes uma tangível e crescente sensação de afastamento em relação às localidades e às pessoas fisicamente vizinhas, mas social e economicamente distantes. (BAUMAN, 2009, pp. 13)

De fato, essas lógicas de segregação, exclusão e afastamento tensionam ainda mais as experiências do medo urbano. Caldeira (2000), em seu estudo sobre a militarização das cidades no Brasil, reflete sobre como essa busca pela segurança se figura como uma obsessão urbana das elites contemporâneas que têm causado grandes impactos nas formas de produzir e de habitar o espaço. Se por um lado o tema mobiliza discussões importantes de serem pautadas nos projetos e planos urbanos, por outro, a disseminação de um discurso global e generalizado de "cidade violenta" - que é reforçado pelo constante estado de medo impresso nas relações sociais -, pode alimentar modos de pensar e de fazer cidades que reproduzem fragmentações e desigualdades, pois não considera as dimensões, escalas e heterogeneidades em que o tema se revela social e territorialmente.

Enquanto parte da população investe em práticas privadas e individualistas de garantir segurança, os "territórios dos excluídos" têm, cada vez mais, seus cotidianos atravessados por múltiplas camadas de violências e violações de direitos, assim como por ausências e presenças de políticas estrategicamente manejadas para cercear determinadas existências e possibilidades de existir na cidade. Contudo, se partimos da perspectiva de que a cidade, enquanto espaço da sociedade, é também o lugar onde se partilham experiências, formas de vida e relações de sociabilidade, é possível registrar imagens de vidas urbanas que operam sob outras lógicas de existência e continuidade. São escapes que permitem uma nova lente de leitura sobre os territórios populares para além da chave da violência, da precariedade e da urgência.

Nesse sentido, evidencia-se no exercício de visibilização e narrativa dessas outras experiências de vida urbana, caminhos efetivos para confrontar uma estrutura política que conduz a sociedade à fragmentação, ao isolamento e à morte. Mobilizam-se, portanto, discussões vinculadas às formas de vida em espaços onde são registrados vínculos solidários, de abrigo e de partilha nas relações sociais, operando, por exemplo, noções de comunidade, pertencimento e cuidado. São práticas, culturas e saberes que contribuem para um debate e para uma possível ação política na perspectiva de manutenção de existências que são, a todo tempo, postas em vias de exclusão.

A convocação para olhar para essas outras experiências de vida urbana neste artigo, parte principalmente da relação de aproximação com a ilha do Bororé, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo, às margens da Represa Billings e dentro da área de Área de Proteção Ambiental (APA) Bororé-Colônia (Figuras 1 e 2). A ilha do Bororé, que tem por suas condições

urbanas atribuições que a priori a condicionam a um “território de exclusão”, revela no seu cotidiano outras narrativas para além da precariedade e do medo, estão reforçando a potência de pensar este espaço a partir das relações de cuidado, solidariedade e dos projetos de coletividade que permeiam o território.

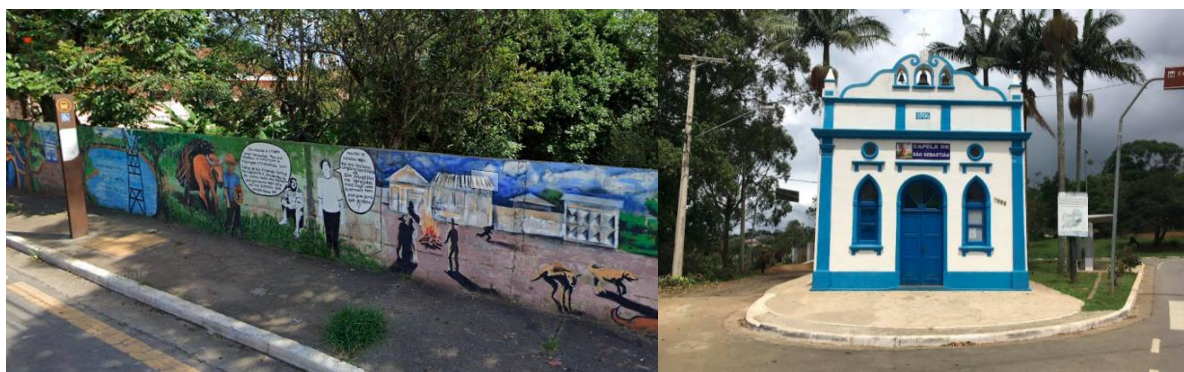
Figuras 1 e 2: À esquerda uma das balsas de acesso à Ilha do Bororé e à direita a Represa Billings.



Fonte: Acervo GeMAP-FAUUSP (jun. 2021)

Caracterizado por intensa movimentação cultural, o Bororé possui um histórico de preservação da memória e cultura local através de ações de moradores e coletivos culturais, a exemplo do recente projeto de graffiti “Mural-Memória” (Figura 3), realizado pela Associação Imargem, que narra a história do território. A região possui ainda patrimônios reconhecidos, como a Igreja São Sebastião e Cruzeiro do Bororé (Figura 4), de 1904, tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Além dos aspectos culturais, o Bororé caracteriza-se por iniciativas de referência na área da preservação ambiental, como as ações de educação ambiental promovidas pela Casa Ecoativa, centro de educação socioambiental e cultural da ilha, e as atividades agrícolas de base comunitária e orgânica, promovida pela COOPERAPAS (Cooperativa de Agricultoras Orgânicas da Região das APAS - Áreas de Proteção ambiental Bororé-Colônia e Capivari-Monos).

Figuras 3 e 4: À esquerda Mural-Memória e à direita Igreja São Sebastião.



Fonte: Acervo GeMAP-FAUUSP (jun. 2021)

Essas, entre tantas outras ações que pulsam do e no território, levaram a mobilização de jovens da Escola Estadual Adrião Bernardes, junto com a Casa Ecoativa (Figura 5), a Associação Imargem e o Grupo de Estudos em Mapografias Urbanas (GeMAP-FAUUSP) para a construção de um Memorial Aberto do Bororé, que entre suas ações, buscou ouvir essas outras narrativas

do território por meio de entrevista a moradores e sujeitos do Bororé. Dentre as entrevistas realizadas, pudemos ouvir Maria da Lapa - moradora antiga do bairro -, que compartilhou um pouco de sua história e vida nesse território (Figura 6).

Figuras 5 e 6: Casa Ecoativa (à esquerda), espaço cultural do Bororé, onde foi realizada a entrevista com Maria da Lapa (à direita).



Fonte: Acervo GeMAP-FAUUSP (jun. 2021)

Escutamos Maria da Lapa

(...) em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história. (SANTOS, 2013)

Maria da Lapa, moradora da Ilha do Bororé e agente comunitária de saúde, traz na narrativa de sua trajetória outros territórios que fazem parte da sua formação como sujeito. Nascida no povoado de Tombador, Bahia - destruído pela barragem de Sobradinho -, Maria foi batizada em Bom Jesus da Lapa, por conta de uma promessa de sua avó, carregando dele seu nome "da Lapa". Com breve passagem por Sento Sé Novo, chega a São Paulo, "aos 18 anos de idade, sem lenço, sem documento" (DA LAPA, 2021), como a própria afirma. Ao Bororé, chega por fim, após alguns meses em Santo Amaro, e reconhece neste lugar elementos que a recordam de sua trajetória:

Um dia eu vim passear aqui na Ilha do Bororé (...) Me remeteu toda minha infância no Tombador, tomando banho no São Francisco... Já mergulhei com roupa e tudo na represa. Foi sensacional. Eu pensei: Gente! É a minha história! (DA LAPA, 2021)

Maria da Lapa decide então permanecer na Ilha do Bororé, onde hoje está há mais de 30 anos. Em seu relato, apresenta memórias que constroem uma narrativa da transformação desse território ao longo dos anos:

Quando eu cheguei eram pouquíssimos moradores, a gente sabia quem era a benzedeira, entrava no ônibus e dava bom dia para todo mundo (...) A gente tinha muitos problemas com transporte, porque era estrada de terra, e as empresas colocavam os ônibus muitos ruins porque diziam que estragavam muito (...) Se chovia a gente ficava ilhado, porque os ônibus não iam até o final. (...) Mas assim, eram poucos moradores, hoje em dia triplicou.

Lugares que a gente passava e não tinha nenhuma casa, hoje surgiram bairros novos. (DA LAPA, 2021)

Sua vivência territorial caracteriza-se por sua atuação como agente comunitária de saúde, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Alcina Pimentel Piza (Figura 8). Maria da Lapa nos mostra a permeabilidade que esses agentes têm no território e dimensão de cuidado que está atrelada ao exercício dessa atividade.

Teve uma época, que eu posso dizer que eu conhecia todos os moradores da Ilha, porque eu trabalhei como agente comunitária de saúde de 2001 até 2011, então tenho uma história (...) Praticamente eu entrei em todas as casas nesse período em que eu trabalhei. Eu era moradora e trabalhadora aqui na área da saúde. (DA LAPA, 2021)

Figuras 7 e 8: À direita entrevista com Maria da Lapa e à esquerda UBS Alcina Pimentel Piza, onde Maria da Lapa trabalhou como agente comunitária de saúde.



Fonte: 7 - Acervo GeMAP-FAUUSP (jun. 2021); 8 - Google Street View (ago/2021)

Dessa atuação comunitária, vinculada ao território por meio da ação como agente de saúde, Maria da Lapa reflete diretamente sobre a questão da cidadania. Em um episódio, relata sobre um jovem morador da Ilha que quase foi expulso da UBS pelo agente de segurança da unidade por estar embriagado. Contudo, ela intervém argumentando que o jovem estava no lugar certo, afinal, estava doente e precisava justamente do cuidado e acolhimento que a UBS deveria oferecer. Argumenta ainda sobre a importância da conscientização da população sobre os próprios direitos, afirmando que “você está indo no posto de saúde, não é pedir, você é um cidadão, você tem direitos. A constituição te garante isso” (DA LAPA, 2021).

Hannah Arendt (2011), faz uma interpretação semelhante à de Maria da Lapa sobre a cidadania, assumindo que ser cidadão é fazer parte de uma comunidade política e ter a garantia de seus direitos legais. Integrar uma comunidade significa ter participação ativa nos espaços públicos, atrelando à cidadania a ideia de pertencimento. De forma complementar, Milton Santos considera que a cidadania parte da noção de respeito ao indivíduo, “pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos e individualizados” (SANTOS, 2020, p. 19). Ainda assim, frequentemente indagamos sobre o que é ser cidadão, mais especificamente, o que é ser cidadão no Brasil, tal questionamento faz sentido na medida que compreendemos a conquista de direitos enquanto um produto da própria história.

A cidadania consolida-se por meio de processos de lutas distintas. Conforme os diferentes contextos sociais, a *constituição cidadã* (1988) é uma conquista que se mostra como contraponto à perversidade do cotidiano nas grandes cidades, deve ser aprendida para que perpetue na cultura e fortalecida através dos recursos institucionais, inscrita na prática política e nas próprias leis. Apesar das diferentes formas dadas ao que se entende e se constrói a respeito do conceito de cidadania, não podemos negar a comum exigência dos direitos essenciais do ser humano, por mais diversos que sejam os contextos e as dinâmicas locais. No dia-a-dia, frequentemente nos deparamos com situações em que os direitos básicos são negados a sujeitos, como no exemplo do relato supracitado. Isso nos leva a crer que a ideia do ser cidadão é, por vezes, atrelada a características que não abarcam o todo da sociedade, produzindo situações de inserção crítica de diferentes recortes populacionais.

Tal perspectiva, no contexto brasileiro, leva ao questionamento sobre o processo contemporâneo de formação da ideia de cidadania e da realidade do cidadão, sobre isso, Milton Santos reforça em seu livro *O espaço do cidadão*, que:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, por que é o instrumento da busca da ascensão social. (SANTOS, 2020, p. 24)

Levando em conta a existência das situações de inserção crítica e as especificidades brasileiras, chegamos ao questionamento do próprio modelo cívico constituído, tendo como premissa que o mesmo forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais, sendo eles a cultura e o território, seria então necessário repensar a ênfase dada, atualmente, ao fato econômico, que ao invés do cidadão considera o consumidor. Quando falamos em cultura trazemos à tona reflexões quanto a própria tolerância, o aceitável e o inaceitável, também sobre a atuação política, o entendimento sobre o individual e o coletivo, o público e o privado. Nesse sentido, Santos (2020) revela certa repulsa ao citar como exemplo o salário mínimo, afirmando que estamos longe de possuir uma verdadeira cultura quando aceitamos que à uma boa parte da população sejam pagos salários de fome.

Por conseguinte, temos visto a perspectiva individualista ganhar cada vez mais espaço nas práticas sociais. A exemplo disso, Maria da Lapa, sobre sua experiência, pontua que a mudança de gestão dos programas de saúde que atendiam o bairro da Ilha do Bororé trouxeram significativo impacto negativo à medida que substituíram profissionais com conhecimento e vínculos afetivos com a população local, por profissionais ligados à empresas de outras localidades, cuja forma de atuação tem se mostrado muito mais distanciada e omissa. Assim, a relação com o território mostra-se também como força motriz para a atuação política, trazendo novamente a questão do pertencimento, além da ideia de comunidade, para Maria da Lapa:

A participação política é assim, quando você é contaminado pelo bichinho da participação ele não te dá sossego, ele pulsa dentro da gente, não adianta. Eu já falei várias vezes “eu não vou mais participar, eu não vou mais participar”, mas se tiver um mutirão estarei ajudando, porque é algo que a gente não domina, esse negócio do pertencimento. (DA LAPA, 2021)

Os vínculos entre a população e o território quando acompanhados pelo sentimento de pertencimento e pela solidariedade, estes também construídos, seja através do convívio, o próprio acesso a serviços essenciais e a troca de informações e de cuidados, são capazes de produzir modificações positivas no sentido de conduzir à mobilização de recursos destinados ao que de fato carece o cidadão, sendo não os reclamos de ordem social que orbitam à esfera do econômico, político e militar, mas à educação, a saúde, a cultura e o lazer.

Maria da Lapa nos insere, que o ideário comunitário e a construção de pertencimento ao território acontecem pela prática cidadã e solidária, vivenciadas pela tônica do cuidado. Agente comunitária de saúde, tem como cerne de sua atuação, a ação territorializada:

Então, eu acho que assim, era o pertencimento, a vontade de fazer a diferença. Quando falaram pra mim: porque você quer ser uma agente de saúde? Teve essa pergunta quando eu fui fazer a prova escrita. Eu falei: porque eu tenho muita vontade, muito desejo de fazer algo pelo meu bairro, pelos moradores. (...) Gente, o pertencimento, isso foi a maior riqueza. E que continua até hoje, as pessoas passaram a se cuidar, sabe. A cuidar umas das outras. ‘Olha eu quero ajudar Maria, mas eu não tenho dinheiro para pagar passagem’. Então eu arrumo o dinheiro e a senhora vai para o Fulano, porque eu trabalho. Gente isso é família, é muito gostoso. Essa foi a parte melhor, sabe. Um ajudar ao outro. (...) A empatia, o se colocar no lugar do outro. (DA LAPA, 2021)

A multiplicidade de suas narrativas e histórias durante essa atuação profissional que tem um olhar territorializado para efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) nos revela como as políticas públicas podem ser construídas e praticadas com base essencialmente no cuidado.

Da margem à centralidade de uma globalização perversa

O desafio proposto nesta escrita, partiu da reflexão teórica sobre uma constituição cívica que se realiza pelo medo e desempenhou um percurso narrativo buscando explicitar um contraponto a partir da voz da Maria da Lapa, com a vida urbana praticada pelo cuidado. Na voz dela, a afirmação dos direitos sociais insistindo em uma prática coletiva e, sobretudo, política do território não é uma reação, mas potência desta vida comunitária. Por meio de escuta atenta, é possível apreender uma dimensão territorial composta por uma rede afetiva como proposta de um cotidiano que vai de encontro às instituições do temor, da privação, da violência e da violação.

Esta dimensão é construída fundamentalmente nas relações micropolíticas e, fundamentalmente, comunitárias. Neste sentido, as práticas vigentes no cotidiano do território produzem efeitos nas diferentes escalas da cidade pois inserem na sua dinâmica novos manejos institucionais. Uma vez que o percurso narrado extrapola categorias

componentes da agenda urbana, atua também na reelaboração delas, revelando um contexto ignorado na gestão do espaço das instituições hegemônicas.

Diante do exposto, parece urgente que as articulações das leituras aqui elencadas assumam a pregnância narrativa da Maria da Lapa como estratégia de uma nova ordem reflexiva intimamente conectada com os manejos próprios do território. Arriscar o pensamento a partir da trajetória referida pela Da Lapa, atualiza tais elaborações por meio de um cotidiano realizado no cuidado, na prática política e na cidadania. Para além da reflexão pertinente à temática urbana, colocar em diálogo a tonalidade expressa nesta narrativa provoca outros desdobramentos. Quando Da Lapa apresentou um fato histórico do povoado de Tombador, no interior da Bahia, inundado após a construção da barragem de Sobradinho dizendo: “*A nossa história, o progresso comeu*” (DA LAPA, 2021) manifesta a posse da história por uma experiência compartilhada na primeira pessoa do plural, conta um fato a partir do “nós”. Essa alteração do sujeito garante uma articulação da história global, de escala maior, por uma efetiva identificação narradora dos fatos. Com efeito, aprender, ouvir e partilhar diferentes escalas narrativas da vida urbana, pressupõe um exercício contínuo, onde a atenção ao entretexto permite compreender um território autorreferido e aberto ao outro, cuja habilidade estrutural se aproxima da hospitalidade e subsidia um campo político coletivo (DERRIDA, 1967).

Referências

Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Apresentação: Jonathan Schell. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CALDEIRA, T. P. do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução: Frank Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Edusp, 2000.

DA LAPA, Maria. *Trajectoria e vida na ilha do Bororé*. [Entrevista concedida ao] GeMAP/FAUUSP. São Paulo, jun. 2021

DERRIDA, J. *De la gramatologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1967. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GeMAP [Grupo de Estudos Mapografias Urbanas]. (org: BASSANI, Jorge) *PDP Mapografias*. São Paulo: FAUUSP, 2012.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2013.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp, 2020.

VIRILIO, Paul. *Ciudad pánico - El afuera comienza aquí*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2006.